



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 77/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da razoável duração do processo ([art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal](#));

CONSIDERANDO a disciplina do [Ato da Presidência nº 64/2025](#);

CONSIDERANDO os resultados expressivos alcançados pelo Gabinete Virtual de 1º Grau no processamento de procedimentos pré-processuais nas Varas Regionais das Garantias;

CONSIDERANDO a existência de processos pendentes que podem se beneficiar da continuidade do esforço concentrado;

CONSIDERANDO a necessidade de otimização dos recursos humanos e a contenção de despesas;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 007896- 26.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias, as atividades do Gabinete Virtual de 1º Grau no processamento de procedimentos pré-processuais em trâmite nas Varas Regionais das Garantias do Estado da Paraíba, conforme estabelecido no [Ato da Presidência nº 64/2025](#).

Art. 2º Durante o período de prorrogação:

I - a equipe atuante será composta por até 10 (dez) servidores, designados pelos Juízes Coordenadores do Gabinete Virtual;

II - os servidores poderão elaborar minutas de baixa complexidade, que serão submetidas à análise e validação pelos assessores e magistrados integrantes do Gabinete Virtual;

III - será priorizado o cumprimento dos processos que envolvam depoimento especial de menores.

Art. 3º As atividades continuarão a ser realizadas no regime de teletrabalho ou nas unidades de origem dos servidores, mediante utilização do sistema PJe, sem deslocamento físico.

Art. 4º Os servidores designados farão jus ao pagamento de até 2 (duas) horas extras diárias, condicionadas à frequência e produtividade, conforme controle a ser realizado pelos Juízes Coordenadores.

Art. 5º As Diretorias de Gestão de Pessoas (DIGEP) e de Tecnologia da Informação (DITEC) adotarão as providências necessárias para viabilizar a atuação da equipe, no que couber.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Este texto não substitui o publicado no DJe em 30.04..2025.